



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.874, DE 2025

(Do Poder Executivo)

URGÊNCIA - ART.64, §1º, CF (Mensagem nº 1677/2025)
OF nº 1959/2025

Cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
EDUCAÇÃO (MÉRITO);
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (MÉRITO);
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI

Cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS

Seção I

Da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição às instituições federais de ensino, os seguintes cargos:

I - nove mil quinhentos e oitenta e sete cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012;

II - quatro mil duzentos e oitenta e seis cargos de Técnico em Educação, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de nível de classificação D, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e

III - dois mil quatrocentos e noventa cargos de Analista em Educação, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de nível de classificação E, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Parágrafo único. A distribuição dos cargos efetivos de que tratam os incisos I, II e III do *caput* para cada instituição federal de ensino será estabelecida em ato conjunto da Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Ministro de Estado da Educação, de acordo com o cumprimento das metas pactuadas entre o Ministério da Educação e a instituição federal de ensino, especialmente quanto à relação de alunos por professor em cursos de oferta regular voltados à educação profissional e tecnológica.

Art. 3º O provimento dos cargos efetivos de que trata o art. 2º dependerá da existência de instalações adequadas e da disponibilidade de recursos financeiros necessários ao funcionamento das novas unidades de ensino.

Parágrafo único. A nomeação para os cargos efetivos destinados às novas unidades de ensino ocorrerá somente após a expedição de portaria do Ministro de Estado da Educação com a autorização para o funcionamento da unidade.

Art. 4º O provimento dos cargos efetivos de que trata o art. 2º será autorizado de forma gradativa pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e estará condicionado à comprovação de prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, de acordo com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição.

Seção II

Das Carreiras de Desenvolvimento Socioeconômico e de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa

Art. 5º Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:

I - setecentos e cinquenta cargos de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico – ATDS da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, de que trata o Capítulo LXXI da Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025; e

II - setecentos e cinquenta cargos de Analista Técnico de Justiça e Defesa – ATJD da Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, de que trata o Capítulo LXXII da Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Belém,



Brasília, 14 de Maio de 2025

Senhor Presidente da República,

1. Submeto a sua apreciação a presente minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos efetivos no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2. Quanto à criação de cargos efetivos, busca-se suprir os órgãos e as entidades com cargos mais alinhados às necessidades da Administração, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e o cumprimento de suas missões institucionais. Assim, propõe-se a criação dos seguintes cargos:

a) Para as Instituições Federais de Ensino, vinculadas ao Ministério da Educação: 9.587 (nove mil quinhentos e oitenta e sete) cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e 2.490 (dois mil quatrocentos e noventa) cargos de Analista em Educação e 4.286 (quatro mil duzentos e oitenta e seis) cargos de Técnico em Educação, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com vistas a estruturar novos campi vinculados aos Institutos Federais de Ensino, bem como atender ao modelo de gestão concebido para esses Institutos.

b) Para outros órgãos do Poder Executivo federal: 750 (setecentos e cinquenta) cargos de nível superior de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico da Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico e 750 (setecentos e cinquenta) cargos de nível superior de Analista Técnico de Justiça e Defesa da Carreira de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa, ambos cargos pertencentes a carreiras recém-criadas pela Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025. O quantitativo proposto visa dar continuidade ao provimento inicial desses cargos nos órgãos com competências institucionais nas áreas de atuação dessas carreiras, suprimindo, assim, uma lacuna de cargo especializado, com vistas a qualificar a profissionalização e fortalecer essas relevantes áreas do Estado.



3. Com base nos cálculos realizados, tem-se que o impacto orçamentário da proposta será de R\$ 87.822.615,00 (oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil e seiscentos e quinze reais) em 2025, e de R\$ 1.087.102.013 (um bilhão, oitenta e sete milhões, cento e dois mil e treze reais) nos exercícios subsequentes.

4. Por fim, com o propósito de assegurar a célere criação de cargos efetivos que irão propiciar o funcionamento de novos campi vinculados aos Institutos Federais de Ensino, viabilizando a concretização da política educacional de expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos técnicos de nível médio e de qualificação profissional, solicito que a presente proposta de Projeto de Lei seja encaminhada ao Congresso Nacional em regime de urgência.

5. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à sua apreciação a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado por: Esther Dweck



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.772, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-1228;12772
LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005-0112;11091
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:198810-05;1988
LEI Nº 15.141, DE 02 DE JUNHO DE 2025	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025-0602;15141

FIM DO DOCUMENTO